

PROCESSO - A. I. Nº 206955.0003/07-8
RECORRENTE - J.L. COMERCIAL AGROQUÍMICA LTDA. (ADUBOS J.L.)
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 4ª JJF nº 0235-04/08
ORIGEM - IFEP INDÚSTRIA
INTERNET - 16/12/2010

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0418-12/10

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PARCELAMENTO TOTAL DO DÉBITO. Nos termos do Art. 156, inciso I do CTN extingue-se o crédito tributário com o pagamento total do débito pelo sujeito passivo, ficando, consequentemente, também extinto o processo administrativo fiscal em conformidade com o inciso IV, do artigo 122, do RPAF/99. Recurso **PREJUDICADO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata o presente processo de Recurso Voluntário interposto pelo contribuinte, inconformado com a Decisão da 4ª JJF (Acórdão nº 0235-04/08) com base no art. 169, I, “b”, do RPAF/99.

O Auto de Infração, lavrado em 20/11/2007, exige ICMS no valor histórico de R\$69.460,36 e multa de 60%, em razão da falta de retenção do ICMS e consequente recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às prestações sucessivas de transporte interestadual e intermunicipal. Consta que a empresa, inscrita no cadastro normal de contribuintes do Estado da Bahia, na qualidade de tomador de serviços de transportes em operações sucessivas interestaduais, não realizou a retenção e posterior recolhimento do imposto sobre transportes, devendo realizar o recolhimento na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, conforme determina os artigos 380 e 382 do RICMS/BA.

O autuado ao impugnar o lançamento fiscal diz que a autuação refere-se às prestações sucessivas de transporte interestadual e intermunicipal prestados pela Transportadora Órbita Ltda. que não obedece à sistemática de substituição tributária, negando-se, inclusive a emitir os conhecimentos de transportes a cada prestação, sem destaque do ICMS. Acosta ao processo documentos para comprovar que a transportadora realizou o pagamento do ICMS, não podendo se cogitar de ausência de pagamento. Impugna, também, a alíquota e a multa aplicadas.

O autuante da JJF não acatam as razões de defesa e o Auto de Infração foi julgado procedente uma vez que o art. 380, II do RICMS/97 determina que o tomador do serviço de transporte, quando inscrito na condição de contribuinte normal e nas prestações de serviços de transporte vinculadas a contrato para prestações sucessivas, é responsável pelo lançamento e recolhimento do ICMS na condição de sujeito passivo por substituição, devendo efetuar a retenção do imposto relativo às prestações de serviços interestaduais e intermunicipais de transporte, nos termos do art. 382 do mesmo diploma legal. E, ao contrário do que alega o contribuinte, acordos firmados entre particulares não possuem o condão de eximir o sujeito passivo da responsabilidade legalmente lhe atribuída nos termos do art. 123, do CTN. Afasta o argumento da aplicação errônea da alíquota e ratifica a multa aplicada.

A empresa interpõe Recurso Voluntário (fls. 992/998) apresentando os mesmos argumentos de sua inicial.

A PGE/PROFIS (fls. 1007/1009) solicita que a CJF defira diligência pelos documentos acostados aos autos, a empresa Transporte Órbita

o que foi aceito por esta 2ª CJF. Os autos foram encaminhados à ASTEC/CONSEF que, por sua vez, os encaminhou à Inspetoria.

Fiscal estranho ao feito cumpriu o solicitado e, após análise de toda a documentação constante dos autos e aquela que apresentou o recorrente (recolhimentos realizados pela Transportadora Órbita), reduziu o valor do débito originalmente apurado, conforme demonstrativo de débito à fl. 1088. Entretanto, ressalta que o recorrente, aproveitando do benefício da anistia recolheu o valor total do Auto de Infração. O resultado da diligência se deu em 27/10/2010.

A empresa em 1/6/2010 atravessa petição requerendo a extinção do PAF diante do pagamento total do valor exigido no Auto de Infração, realizado em 26/05/2010 (fls. 1099/1101).

Em 08/11/2010 foi anexado aos autos comprovante de pagamento total do Auto de Infração (fls. 1103/1106).

VOTO

O Auto de Infração exige o ICMS pela falta de sua retenção e, conseqüentemente, a falta do seu recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às prestações sucessivas de transporte interestadual e intermunicipal.

Antes do julgamento do presente Auto de Infração para apreciação do Recurso Voluntário interposto, o recorrente usando do benefício que lhe concedeu a Lei nº 11.908/2010 recolheu o valor total do imposto ora exigido, implicando, assim, em renúncia expressa do recorrente ao Recurso Voluntário interposto, tornando-o ineficaz, conforme previsto pelo Art. 122, inciso IV do RPAF/BA. Em consequência, fica EXTINTO o Processo Administrativo Fiscal, nos termos do Art. 156, inciso I do CTN e considerado PREJUDICADO o Recurso Voluntário apresentado, devendo os autos ser remetidos à repartição fiscal de origem para homologação do pagamento e, após, arquivamento do processo.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário apresentado e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº **206955.0003/07-8**, lavrado contra **J.L. COMERCIAL AGROQUÍMICA LTDA. (ADUBOS J.L.)**, devendo o recorrente ser cientificado da Decisão e os autos encaminhados à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento efetuado com os benefícios da Lei nº 11.908/10 e, após, o arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de novembro de 2010.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE

MÔNICA MARIA ROTERS – RELATORA

ALINE SOLANO SOUZA CASALI BAHIA - REPR. DA PGE/PROFIS